

O JORNALISMO, O MUNDO DO TRABALHO E A LIBERDADE DE IMPRENSA – com justiça e igualdade racial

*André Ricardo**
*Juliana Cézar Nunes***
*Sionei Ricardo Leão****

RESUMO

Análise sobre a trajetória do jornalismo brasileiro no que se refere à participação de profissionais afrodescendentes em vários momentos, a fim de demonstrar que negros participam dessa área do conhecimento desde o despertar da imprensa profissional brasileira. O artigo também faz reflexões a respeito das barreiras que comunidades quilombolas têm no acesso a instrumentos de comunicação, a exemplo, das rádios comunitárias. O texto resulta de tese elaborada para o Congresso dos Jornalistas Profissionais, realizado em 2008, em São Paulo.

Palavras-chave: jornalismo, igualdade racial, repórter, quilombola e redação.

Merece reflexão em dimensão desafiadora analisar os porquês da ínfima presença de negros e negras nas redações do Brasil em pleno século XXI, haja vista um passado marcado por variadas interlocuções entre o povo negro e a imprensa nacional. Além da perspectiva imediata, desponta a percepção de que essa sub-representação ocorre, paradoxalmente, numa fase em que se valorizam em escala internacional as teorias multiculturais que, a bem da verdade, vêm palmilhando mentes e corações da intelectualidade em vários países desde meados do século XX, e que atualmente deságuam no selo diversidade.

Em igual medida a questão quilombola brasileira, segmento cujas mazelas têm se tornado conhecidas do poder público e da sociedade numa escala crescente, depois do marco regulatório

* Possui graduação em Comunicação Social pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA, 1989), mestrado em Comunicação pela Universidade de Brasília (UnB, 1992) e doutorado em Linguística pela UnB (2004). Tem experiência na área de Comunicação, atuando principalmente nos seguintes temas: racismo discursivo, imprensa e minorias, cotas para negros, análise de discurso crítica, argumentação e retórica e esfera pública. Membro da Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial do Distrito Federal (Cojira, DF).

** Possui graduação em Comunicação Social – Jornalismo pela UnB (2002). Especialista em Bioética e mestranda em Comunicação Social também pela UnB. Pesquisa comunicação negra e comunicação pública. Trabalha na Empresa Brasil de Comunicação (EBC). Membro da Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial do Distrito Federal (Cojira, DF).

*** Cursou graduação em jornalismo na Pontifícia Universidade Católica de Campinas (Puccamp) e na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Especializou-se em comportamento político pela UFMS. Atua nas áreas de jornalismo especializado, direitos humanos, igualdade racial, documentarismo, assessoria de imprensa-comunicação. Em 2005, recebeu o Prêmio Palmares de Comunicação (Ministério da Cultura) pelo Documentário Kamba-Racê. Membro da Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial do Distrito Federal (Cojira, DF).

conferido pela Constituição Federal promulgada em 1988, requer ideias no que toca à inserção desse segmento por meio de instrumentos midiáticos, sobretudo no caso das rádios comunitárias.

Ante essas duas bandeiras – a subrepresentação de afrodescendentes nas redações e a demanda quilombola – o que reclama nossa atenção é a compreensão de que o conjunto dos sindicatos de jornalistas profissionais do Brasil em comum acordo com a Federação Nacional de Jornalistas (Fenaj) não podem se furtar de implantar, no seu universo de ação e influência, políticas de igualdade racial, bem como de se posicionar face às variadas iniciativas que se verificam no país – que invariavelmente estão sob foco da imprensa.

O PRIMEIRO REPÓRTER

A profissão de jornalista tem, historicamente, uma relação direta e inequívoca com a população afrodescendente no Brasil, a partir do emergir da prática da reportagem – à semelhança dos procedimentos que temos nos dias atuais – ou seja, quando da transformação do jornalismo romântico no moderno, em fins do século XIX e princípios do século XX.

Alguns nomes devem ser rememorados para explicitar essa trajetória. Entre eles citamos o de José do Patrocínio, que inicia a sua atividade em 1875 na *Gazeta de Notícias*, para depois atuar na *Gazeta da Tarde* e por fim na *Cidade do Rio*. Patrocínio é considerado o maior expoente entre os que se envolveram na causa abolicionista, a maior campanha civilista do Brasil independente, valendo-se para isso dos recursos e alcance da imprensa, então caracterizada pelo modelo do publicismo, a mistura de discurso panfletário e informação jornalística, que antecedeu a escola da objetividade que hoje é a referência profissional prevalecente.

Também vale citar João do Rio, reconhecidamente, o nosso “primeiro repórter”, e ícone de um momento imediatamente posterior. Ele é também considerado como um dos preceptores do jornalismo literário, mas raramente são feitas menções à sua identidade racial, ou seja, de matriz afrodescendente, ou como no passado se usava “mulato” – expressão combatida nos dias atuais pelo Movimento Social Negro.

Não é um mero acaso essa constatação, pois na medida que o jornalismo deixava os gabinetes para se pautar pelos relatos do cotidiano, o contato com o povo nas ruas, era natural que despontasse uma personalidade com características e inserção nos nichos periféricos da sociedade. Daí João do Rio. Mas com a especialização, a profissionalização e a expansão do ensino superior, essa inserção veio rareando e afastando indivíduos originários das massas.

Avançando algumas décadas, é memorável recordar que, já no período em que a responsabilidade pelo texto final passa a ser dividida entre o repórter e o redator, desponta o nome de Milton Santos, brilhante jornalista do *Jornal da Tarde*, em Salvador, mas que ficou mais conhecido pelos estudos de geografia econômica. Na mesma quadra do século XX, Raimundo Souza Dantas, destacado profissional da sucursal de *O Estado de São Paulo*, no Rio de Janeiro, chegou a ser convidado a compor o corpo diplomático brasileiro, dada a sua fama no jornalismo, mas para seu infortúnio e nosso, o feito se deu em um governo ciclótico, para não dizer catastrófico, o de Jânio Quadros.

Mas a vida de Tim Lopes talvez seja a mais emblemática para essa reflexão. A sua reputação e o desfecho de sua vida traduzem um perfil que a primeira pesquisa sobre comunicação e identidade racial, produzida por Borges Pereira, na USP, na década de 1970, já sinalizava, a da tendência dos negros e negras terem espaço em funções consideradas de bastidor.

Para sermos fiéis, Pereira demonstrou em seu trabalho a grande quantidade de negros como locutores de rádio, pela ideia estereotipada sobre o timbre da voz dos afrodescendentes, mas que contrastava e contrasta com o subaproveitamento dos mesmos profissionais quando se trata de empregá-los à “luz da ribalta”.

É verdade que no tocante à presença de negros e negras nas redações, afigura-se hoje um cenário favorável, por conta de políticas públicas voltadas para afrodescendentes, grosso modo, a política de cotas em universidades públicas e o Prouni, do Ministério da Educação. Estatísticas demonstram que há no ensino superior cerca de 180 mil jovens prestes a se formarem que ingressaram nas escolas por meio dessas iniciativas (uma parcela significativa cursa jornalismo).

No entanto, não se pode omitir quanto ao fato de que negros e negras, na maior parte das vezes, chegaram a esses cursos, seja pelo sistema de políticas afirmativas ou pelo universal, após uma trajetória de superações de natureza familiar, social e econômica. Por assim dizer, costumeiramente mais árdua do que a dos oriundos de outros grupos raciais e, sobretudo, obviamente mais difícil do que a dos jovens de classe média, onde raramente estão presentes os afrodescendentes.

O mercado profissional de jornalismo é sobejamente competitivo, sofisticado e excludente, isso de modo geral. Essa complexidade, porém, deixa de ser um muro para ganhar a dimensão de muralha para aqueles que enfrentaram ao longo da graduação desafios que não se restringiram aos quesitos do estudo. Um exemplo cristalino dessa relação é a exigência de fluência em línguas estrangeiras, que deixa para trás os recém-formados de baixa renda e de origem humilde, a pretexto de uma lógica “meritocrática”.

Assim, o potencial das políticas de igualdade racial, caso não haja sensibilidade por parte do mercado privado e estatal, que detém os postos de trabalho, podem não se traduzir em conquistas robustas de melhores indicadores raciais, como se espera e é possível, caso a concepção dessas políticas públicas se encerrem na formatura e na colação de grau.

Outro obstáculo imaterial para negros e negras está afeito ao racismo à brasileira, que longe de se constituir um fato de nosso passado histórico, permanece ainda hoje e no dia a dia produzindo efeitos no tecido social. Nesse caso, na segregação do segmento televisivo e no campo das assessorias de imprensa e de comunicação que se afiguram em verdadeiras barreiras a profissionais afrodescendentes ao reproduzir uma idealização de perfil visual, que se espelha no eurocentrismo para a formulação de estereótipos.

QUILOMBOLAS

Conforme pesquisa da Fundação Cultural Palmares, vinculada ao Ministério da Cultura, passam de dois mil o número de comunidades quilombolas no Brasil. Esses povoamentos carecem de tudo em termos de política pública, como na área da educação, saúde e infraestrutura.

Não é diferente a realidade quando o aspecto é o da comunicação social. Esses lugares são, por razões históricas e sociais, na maior parte das vezes situados em regiões de difícil acesso geográfico, o que dificulta a recepção dos recursos midiáticos. Logo, uma alternativa para o atendimento dessa demanda pode estar nas rádios comunitárias, dadas as suas características estruturais e a viabilidade, por conta do baixo custo.

Ocorre que tem sido uma prática da Polícia Federal (PF) – a de fiscalizar, com rigor que se pode questionar, as poucas rádios comunitárias em operação em alguns desses quilombos.

A legislação que trata das rádios comunitárias no país é uma “camisa-de-força”, pois passa a impressão de que foi elaborada para não funcionar, uma vez que essas experiências têm restrições legais quanto à propagação do sinal, de limitação quanto ao conteúdo (por exemplo, não podem veicular mensagens religiosas, políticas e comerciais) o que sem dúvida fragiliza esses precários veículos.

Essa formatação deve-se à pressão das rádios comerciais que defendem seus interesses, como o de não terem nas comunitárias suas concorrentes. Por esse motivo, é previsível que seja muito difícil para uma rádio comunitária instalada em centros urbanos conseguir enquadrar-se na lei e operar sem temor de sofrer rotineiras *blitzes* da PF.

Mas o que leva o Estado a agir com equivalente rigor em referência às comunitárias instaladas em áreas rurais, onde estão os quilombos, que portanto não oferecem ameaças de natureza comercial, política ou religiosa a outros veículos? Nesse caso, suspeita-se, com razão, de um racismo institucional, suspeita essa que, por compromisso político de fundo, sindicatos de jornalistas profissionais e Fenaj devem procurar investigar.

Afora a questão da radiodifusão, a temática quilombola enfrenta uma resistência por parte de setores da imprensa nacional, provocados pelos interesses de grupos de produtores rurais, entre outros, que se sentem ameaçados com a emergência dessa demanda afrodescendente como objeto de política pública, com rebatimento nos três níveis de governo.

Esse é um desafio da maior envergadura, na medida que envolve conflitos de interesses, que se espelham no debate jornalístico – o que também tem ocorrido no Congresso Nacional. Por assim dizer, é legítimo, dada a premissa republicana e de liberdade de expressão que, democraticamente, setores sociais defendam suas posições.

Mas é igualmente legítimo o entendimento que tem se fortalecido quanto à necessidade de se tratar desigualmente os desiguais, ou seja, equilibrar as forças de modo a não permitir que se repita a selvagem lógica da prevalência dos mais fortes. Nesse tocante está muito evidente o que defende cada lado da balança, mas o que infelizmente não tem sido percebido é a postura engajada de uma parte da grande imprensa, que mais recentemente passou a pautar a questão quilombola com desconfiança e sob parâmetros tão estreitos, o que sem dúvida vai além do esperado exercício da crítica pelos jornalistas.

** Este texto inédito aproveita argumentos de tese elaborada ao Congresso Nacional dos Jornalistas, realizado em São Paulo, em 2008.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- CONCEIÇÃO, F. Mordendo um cachorro por dia; no Brasil a mídia retrata a imagem do negro com três “l”; lúgubre, lúdico e luxurioso. In: MUNANGA, K. (Org.). *Estratégias e políticas de combate à discriminação racial*. São Paulo: Edusp, 1996. p. 253-259.
- PEREIRA, João B. Borges. *Cor, Profissão e Mobilidade*. O Negro e o Rádio de São Paulo. Livraria Pioneira/Edusp, 1967. Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais.
- RAMOS, Silvia (Org.). *Mídia e Racismo*. São Paulo: Editora Cultura Negra, 2001.
- RIO, João do. *A alma encantadora das ruas*. Belo Horizonte: Crisálida, 2007.
- SANTOS, R. dos. Reflexões sobre o racismo no contexto da mídia e das concessões dos meios de comunicação no Brasil. In: ASHOKA EMPREENDEDORES SOCIAIS E TAKANO CIDADANIA (Orgs.). *Racismos contemporâneos*. Rio de Janeiro: Takano, s.d. p. 203-212.